



# Assembléia Legislativa

04  
processo  
AL 15902/17

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
para os devidos fins.

Em 12/12/17

Conceição de Maria Lago Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Edson  
Ferreira  
para relatar.

Em 12/12/17

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER nº**

AO PROJETO LEI Nº. 125/2017, que:

**INSTITUI O DIA DE COMBATE A  
OBESIDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DO  
PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RELATOR: DEP. EDSON FERREIRA**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que visa, em resumo, instituir o dia de combate a obesidade.

Esta data será celebrada anualmente todo dia 11 do mês de novembro, ocorrendo sempre nessa data a realização de ações que visam contribuir para combater a obesidade que atinge a população piauiense.

Sendo assim, devo ressaltar que a presente proposição é de suma importância na medida em que cria condições para informar todos os cidadãos da necessidade de se prevenir e combater este quadro.

Contudo, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

Eis o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Para tanto, apresento, de acordo com os arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Lei que ora encontra-se sob análise.

A função legislativa esta sendo exercida por proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 96, “b” e art. 105 do Regimento Interno.



## ESTADO DO PIAUÍ

### Assembleia Legislativa

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei.

Dispõe o art. 6º da CF/88:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O art. 196 da Carta Magna diz que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Quanto a sua competência, estabelece nossa Constituição Federal que a saúde é matéria de competência comum – segundo o art. 23, inciso II, devendo todos os entes da federação cuidar da saúde.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante da nobre colega Parlamentar e a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

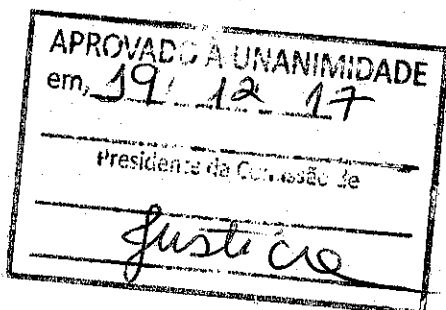
### III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ( )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 19 de dezembro de 2017.



DEP. EDSON FERREIRA – PSD  
RELATOR